



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681214 - RS (2021/0225343-5)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : LUIZ ANDRE BAIRROS DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUIZ ANDRE BAIRROS DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Recurso em Sentido Estrito Nº 5005076-49.2020.8.21.0036/RS).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática de crime de tráfico de entorpecentes.

Alega o impetrante, em síntese, que o ora paciente está sofrendo constrangimento ilegal, pois a decisão, que deu provimento ao recurso em sentido estrito interposto pelo Ministério Público e reestabeleceu a prisão preventiva, não tem fundamentação idônea, nem contemporaneidade dos fatos que justifiquem a imposição da medida extrema.

Aduz que está ausente risco para garantia da ordem pública, para instrução processual penal, ou para a aplicação da lei penal, uma vez que o ora paciente permaneceu solto por 1 ano, sem intercorrência. Defende, ainda, que a gravidade abstrata do delito não é argumento idôneo para justificar a custódia cautelar.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para revogar a prisão preventiva, e concessão de liberdade provisória.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente